

AO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 10/2021
Processo TRE/CE n.º 2.195/2021

Objeto: Contratação de Empresa especializada na execução dos serviços de DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO e DESCUPINIZAÇÃO.

A empresa RIVA SAÚDE AMBIENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.337.049/0001-77, com sede na Rua Edgar Pinho Filho, 284, bairro Vila União, Fortaleza/CE, telefone 3272.8273, email: rivasaudeambiental@hotmail.com.br, vem, com o devido respeito, através de seu representante legal, UBIRAJARA TEIXEIRA MOREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 458.159.173-20, residente e domiciliado em Catarina/CE, apresentar **IMPUGNAÇÃO ao instrumento convocatório** do Pregão Eletrônico acima mencionado.

Inicialmente, cumpre mencionarmos que o objeto da referida licitação diz respeito a atividade que envolve a utilização de produtos químicos, portanto, com **regulamentação específica**, que inclui peculiaridades quanto às instalações, manuseio, transporte e descarte desses produtos.

O edital do referido pregão foi omissivo quanto às condições de habilitação técnica, nos termos do art. 30, IV da Lei 8.666/93:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Como normalmente as comissões de licitação trabalham com toda a demanda do município, englobando diversos objetos, natural o seu desconhecimento das legislações específicas de cada objeto, por isso a importância dessa ferramenta de impugnação para que possamos colaborar na completa e específica elaboração do instrumento convocatório.

As empresas que trabalham com controle de pragas urbanas devem atender ao disposto na Resolução nº 52/2009 da ANVISA, que estabelecem condições fundamentais para o seu funcionamento regular, dentre as quais podemos citar:

- a. Licença sanitária e ambiental;
- b. Responsável técnico devidamente habilitado;
- c. Possuir registro junto ao Conselho de classe do seu responsável técnico;
- d. Instalações em prédio de uso exclusivo;
- e. Fachada com letreiro indicando seu nome de fantasia e serviços prestados;
- f. Área específica e adequada para armazenamento e manipulação dos produtos saneantes desinfetantes;
- g. Vestiário com chuveiro e local para higienização dos EPI's dos aplicadores, dentre outras.

Nos termos do **art. 30, IV, da Lei 8.666/93**, em havendo legislação especial, o seu atendimento deve ser provado ainda na

RIVA SAÚDE AMBIENTAL LTDA – ME

CNPJ: 22.337.049/0001-77

Rua Edgar Pinho Filho, 284 A – Vila União – Fortaleza – Ceará Cep: 60410-730

Telefone: (85) 3272.8273 / 3227.4268 / 3044.6097 / 98737.6163

www.rivasaudeambiental.com.br

FASE HABILITATÓRIA. Assim, as **licenças ambiental e sanitária**, como documento essencial ao desenvolvimento da atividade de controle de pragas é documento necessário à qualificação técnica, assim como a comprovação de que a empresa possui um **responsável técnico** habilitado para desenvolver essa função.

Imagine o desperdício de tempo e trabalho se eventualmente somente quando da execução do contrato, após o encerramento completo da fase licitatória, conforme item 6.5.2 do instrumento convocatório em questão, se fosse verificar o atendimento das condições de funcionamento e regularidade da empresa, nos termos da normatização própria, para a contratação?

Não obstante o item 6.5.2, ter como fundamento a Instrução Normativa nº 02/2008 do Ministério do Planejamento, ela não poderia ser aplicada a hipótese em questão visto que de maneira alguma uma instrução normativa poderia se sobrepor à lei. Hans Kelsen em sua tese da Teoria Pura do Direito já lecionava que uma norma para ser válida precisa ter seu fundamento de validade em uma norma superior, de maneira a formar um sistema de normas coerente.

Nesse contexto, não poderia uma instrução normativa contrariar o disposto na legislação específica e hierarquicamente superior, no caso, a Lei 8666/93. Ora, se a lei estabelece que a prova de atendimento às condições impostas por lei especial devem ocorrer no momento de comprovação da qualidade técnica, não pode uma instrução normativa determinar o contrário.

Referida instrução normativa tomaria lugar somente em casos em que não existe regulamentação específica para a atividade licitada.

Dessa forma, considerando que a atividade de controle de pragas tem legislação própria, a demonstração de aptidão técnica para a execução do

RIVA SAÚDE AMBIENTAL LTDA – ME

CNPJ: 22.337.049/0001-77

Rua Edgar Pinho Filho, 284 A – Vila União – Fortaleza – Ceará Cep: 60410-730

Telefone: (85) 3272.8273 / 3227.4268 / 3044.6097 / 98737.6163

www.rivasaudeambiental.com.br

objeto contratual deve ser PRÉVIA. Caso contrário, não haveria necessidade da legislação definir critérios genéricos, específicos e operativos para a qualificação técnica. Assim, as condições mínimas que a empresa deve atender devem estar previamente definidas e devem ser analisadas ainda durante o procedimento licitatório, mais especificamente na fase de habilitação técnica.

Não há que se falar em comprometimento, restrição ou frustração do caráter competitivo da licitação (Art. 3º, §1º, I Lei 8.666/93), visto que as exigências são CONDIÇÕES NECESSÁRIAS para a execução do objeto.

O instrumento convocatório, ao deixar de exigir previamente as condições que a empresa interessada em contratar com a Administração deva atender, abre a possibilidade para a concorrência de empresas constituídas de maneira irregular. Tal fato **viola** nitidamente o PRINCÍPIO DA ISONOMIA, visto que essas empresas obviamente não concorrem em igualdade de condições com aquelas constituídas regularmente, pois o custo da regularidade é alto e afeta diretamente a qualidade, a segurança e o preço final do produto ou serviço a ser prestado.

Um segundo ponto que merece destaque é a limitação da formação do responsável técnico aos profissionais enumerados no item 6.5.4.3. A legislação específica, qual seja a Resolução nº 52/2009, na seção que trata da responsabilidade técnica não restringe a qualificação do profissional habilitado para tanto, portanto, não pode de maneira absoluta o edital fazê-lo.

A saber, o engenheiro ambiental e sanitarista também tem habilitação para atuar como responsável junto a seu conselho de classe para empresas de controle de pragas, assim, deve o edital ser corrigido no sentido de dar maior abrangência aos profissionais habilitados ou deve incluir o engenheiro

RIVA SAÚDE AMBIENTAL LTDA – ME

CNPJ: 22.337.049/0001-77

Rua Edgar Pinho Filho, 284 A – Vila União – Fortaleza – Ceará Cep: 60410-730

Telefone: (85) 3272.8273 / 3227.4268 / 3044.6097 / 98737.6163

www.rivasaudeambiental.com.br

ambiental e sanitária, no rol enumerado no item 6.5.4.3, sob pena de violar o caráter competitivo da licitação.

Na sequência, quanto à exigência de apresentação de atestado que comprove que o licitante tenha prestado serviço compatível com o objeto da mencionada licitação (6.5.1), importante mencionar que o art. 30 da Lei 8.666/93 determina:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - **comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em**
CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E
PRAZOS com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Ora, se a legislação específica já restringe as exigências, a fim de garantir a ampla concorrência, **NÃO poderia o Administrador deixar de exigir o MINIMO** para fins de qualificação técnica da empresa licitante, sob pena de prejudicar o desenvolvimento do certame e não atender aos objetivos básicos do procedimento licitatório.

Visto que o objeto do pregão em comento engloba o serviço de controle de pragas urbanas, cuja atividade utiliza-se de produtos químicos para o seu desenvolvimento, fácil perceber a relevância da utilização de boas práticas para o desenvolvimento dessa atividade, pois esses produtos apresentam riscos à saúde quando utilizados de maneira inadvertida e não profissional.

A exigência de atestado que comprove simplesmente o fornecimento compatível com o objeto é extremamente abrangente sendo

RIVA SAÚDE AMBIENTAL LTDA – ME

CNPJ: 22.337.049/0001-77

Rua Edgar Pinho Filho, 284 A – Vila União – Fortaleza – Ceará Cep: 60410-730

Telefone: (85) 3272.8273 / 3227.4268 / 3044.6097 / 98737.6163

www.rivasaudeambiental.com.br

insuficiente para atestar a capacidade técnica para empresa para executar o serviço licitado. Nesse sentido, é imprescindível que haja compatibilidade EM CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADE e PRAZO com o objeto, nos termos da legislação acima citada, de modo a assegurar a capacidade da empresa de desenvolver a tarefa em condições semelhantes à contratação e evitar prejuízos à Administração.

Nesse tópico importante esclarecer que a diferença entre a capacidade técnico operacional e a capacidade técnico profissional, a fim de evitar confusões como ocorreu na resposta à impugnação do Pregão eletrônico nº 13.003/2021 PERP.

A própria legislação define a capacidade técnico profissional, vejamos:

Art. 30, (...) §1º, I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente (...);

No caso em tela, a capacidade técnico profissional resta caracterizada pela demonstração que a empresa possui responsável técnico para o desenvolvimento de sua atividade, atendendo ao disposto no art.8º da Resolução nº 52/2009, ANVISA. A legislação veda expressamente a exigência de quantidade mínimas referente à capacidade técnica profissional, no entanto, já encontramos jurisprudência autorizando essa exigência em situações específicas, a exemplo do Acórdão nº 3.070/2013 – Plenário, TCU.

Já a capacidade técnico operacional, é a comprovação que o licitante possui mão de obra e equipamentos suficientes para execução do futuro contrato, sendo demonstrada através da apresentação de atestados de execução

RIVA SAÚDE AMBIENTAL LTDA – ME

CNPJ: 22.337.049/0001-77

Rua Edgar Pinho Filho, 284 A – Vila União – Fortaleza – Ceará Cep: 60410-730

Telefone: (85) 3272.8273 / 3227.4268 / 3044.6097 / 98737.6163

www.rivasaudeambiental.com.br

de outros serviços em características, quantidade e prazos semelhante ao objeto da licitação.

O Tribunal de Contas da União recentemente estabeleceu a obrigatoriedade na definição desses critérios objetivos para análise dos atestados, senão vejamos:

“É **OBRIGATÓRIO** o estabelecimento de PARÂMETROS OBJETIVOS para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993)” (TCU. Acórdão 914/2019-Plenário. Data da sessão: 16/04/2019. Relator: ANA ARRAES, grifo nosso).

O assunto já encontra-se pacificado, tendo sido, inclusive, objeto da Sumula 263 do TCU, senão vejamos:

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, **é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos** em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

Assim, a fim de garantir a efetiva seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, é importante que seja estabelecido critério objetivo de julgamento.

A fim de ampliar a concorrência e garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o quantitativo mínimo deve se limitar à

RIVA SAÚDE AMBIENTAL LTDA – ME

CNPJ: 22.337.049/0001-77

Rua Edgar Pinho Filho, 284 A – Vila União – Fortaleza – Ceará Cep: 60410-730

Telefone: (85) 3272.8273 / 3227.4268 / 3044.6097 / 98737.6163

www.rivasaudeambiental.com.br

exigência do percentual máximo de 50% do quantitativo a ser contratado, nestes termos:

“É irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a **50% do quantitativo de bens e serviços** que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível” (TCU. Acórdão 2696/2019-Primeira Câmara. Data da sessão: 26/03/2019. Relator: BRUNO DANTAS).

Também podemos citar os seguintes julgados nesse mesmo sentido: Acórdão 2924/2019-Plenário, Data da sessão: 04/12/2019, Relator: BENJAMIN ZYMLER; Acórdão 1742/2016-Plenário, Data da sessão: 06/07/2016, Relator: BRUNO DANTAS; Acórdão 534/2016-Plenário, Data da sessão: 09/03/2016, Relator: ANA ARRAES, dentre outros.

Assim, necessário estabelecer o parâmetro objetivo de aceitabilidade dos atestados de capacidade técnica, visto que no edital tal exigência foi colocada de maneira ampla e em desconformidade com a legislação e jurisprudência vigentes.

Tais orientações são extremamente relevantes e razoáveis. A exemplo da hipótese em comento, o edital prevê a execução dos serviços em uma área de 950.712 m² (novecentos e cinquenta mil e setecentos e doze metros quadrados), a apresentação de um atestado de prestação de serviços em uma sala ou mesmo em 1 prédio, está longe de ser suficiente para assegurar a capacidade técnica operacional da empresa em prestar o serviço licitado de maneira satisfatória atendendo às proporções do serviço a ser contratado, o que compromete todo o procedimento.

Ainda, vale mencionar que NÃO há que se falar em comprometimento, restrição ou frustração do caráter competitivo da licitação (Art. 3º, §1º, I Lei 8.666/93), visto que as exigências são CONDIÇÕES FUNDAMENTAIS para reconhecer a capacidade da empresa a ser contratada de

RIVA SAÚDE AMBIENTAL LTDA – ME

CNPJ: 22.337.049/0001-77

Rua Edgar Pinho Filho, 284 A – Vila União – Fortaleza – Ceará Cep: 60410-730

Telefone: (85) 3272.8273 / 3227.4268 / 3044.6097 / 98737.6163

www.rivasaudeambiental.com.br

atender a contento a demanda da administração, de que ela tem condições técnicas operacionais suficientes para a execução do objeto de maneira satisfatória.

O instrumento convocatório, ao deixar de preestabelecer os parâmetros completos e objetivos para análise dos atestados de capacidade técnica desatende aos preceitos da licitação, tais como observância do princípio constitucional da isonomia, bem como, seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. O que viola, via reflexa, os princípios da legalidade, igualdade e impessoalidade.

Importante registrar que o custo da regularidade é alto e afeta diretamente a qualidade, a segurança e o preço final do produto ou serviço a ser prestado.

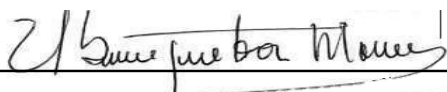
Ante todo o exposto, resta demonstrada as seguintes necessidades:

- a. a inclusão de outros parâmetros para análise de qualificação técnica, ainda em fase de habilitação, quais sejam: 1. Certidão, Registro ou inscrição da pessoa jurídica no conselho de classe competente, relativo a controle de pragas (art. 30, I); 2. Licenças ambiental e sanitária (art. 30, IV); 3. Certidão de registro do Técnico como responsável, junto ao Conselho Regional, na atividade de controle de vetores e pragas, da empresa licitante (art. 30, IV), além de outros requisitos definidos em normativos próprios que a comissão julgar importante como qualificação da empresa vencedora;

- b. a ampliação dos responsáveis técnicos enumerados no item 6.5.4.3, de modo a incluir o engenheiro ambiental e sanitarista, a fim de evitar violação ao caráter competitivo da licitação.
- c. A definição de critérios objetivos para análise da qualificação técnica da empresa arrematante, exigindo-se atestado de capacidade técnica **compatível em CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS** com o objeto da licitação e, de parâmetros objetivos (mais especificamente em termos quantitativos) para aceitação do atestado de qualificação técnica, conforme orientação dos Tribunais de Contas. Tudo, a fim de garantir a oferta da melhor proposta e evitar arbitrariedades e ambiguidades.

Nestes termos, PEDE que sejam analisados e acolhidos os argumentos desta impugnação.

Fortaleza - CE, 12 de abril de 2021.



Ubirajara Teixeira Moreira
Diretor-Presidente

RIVA SAÚDE AMBIENTAL LTDA.
CNPJ: 22.337.049/0001-77



Rosana A. C. Meneses P.
OAB/CE 19.024

RIVA SAÚDE AMBIENTAL LTDA – ME

CNPJ: 22.337.049/0001-77

Rua Edgar Pinho Filho, 284 A – Vila União – Fortaleza – Ceará Cep: 60410-730

Telefone: (85) 3272.8273 / 3227.4268 / 3044.6097 / 98737.6163

www.rivasaudeambiental.com.br



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO N.º 10/2021

A Pregoeira designada do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará comparece, em atenção ao pedido de esclarecimentos ao edital, para informar o que se segue:

1) Os documentos reportados neste pedido para exigência na fase de habilitação dizem respeito às licenças de operação, certificados dos responsáveis técnicos e outras peculiaridades exigidas pela legislação específica, que não estão inseridas no rol da documentação prevista nos incisos do art. 30 da Lei das Licitações.

2) O novel entendimento do Corte de Contas define como ilegal a exigência inserta no edital de licitação que não resguarde harmonia com aquelas dispostas no art. 30 da Lei 8.666/93, contrariando acórdãos pretéritos que previam possível o atendimento desse pleito na presente contratação, o que está em consonância com o entendimento desta Administração, que se manifestou por ocasião da homologação do Revogação do Pregão Eletrônico 83/2020.

3) As exigências do edital do Pregão Eletrônico 10/2021 estão de acordo com o item 2.2 do Anexo VII-B da Instrução Normativa Seges/MPDG n° 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços no âmbito da Administração Pública federal direta, mediante o qual se depreende que a comprovação de propriedade, apresentação de laudos e licenças de qualquer espécie só serão demandadas do vencedor do certame e não de todos os licitantes, sendo assim, postergado o momento de exigir tais licenças e documentação mencionada na impugnação, as quais deverão ser comprovadas somente pela licitante vencedora.

Assim, não havendo nenhuma alteração a ser realizada no edital e considerando que foram prestados os esclarecimentos necessários, fica mantida a data marcada para a realização da sessão eletrônica do pregão em epígrafe, mantendo-se as demais condições publicadas anteriormente.

Fortaleza, 13 de abril de 2021.

Andréia Vasconcelos Tomaz
Pregoeira Oficial do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará